

Ata n.º 145 / XIII / 4.ª SL

Aos nove meses do mês de outubro de 2018, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Audição do peticionário da Petição n.º 520/XIII/3ª da iniciativa de Filipe Nuno Ferreira Gouveia, que “Solicitam que Portugal assine e ratifique o Tratado de Proibição de Armas Nucleares”.

- Deputada Relatora: Lara Martinho (PS)

2. Informações gerais

3. Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, à República Árabe do Egito, de 4 a 6 de novembro de 2018.

4. Apreciação e votação do Parecer da [Proposta de Resolução n.º 73/XIII/3.ª](#) Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Maurícia sobre Serviços Aéreos, assinado em Port Louis, em 14 de setembro de 2017.

- Deputada autora do parecer: Maria da Luz Rosinha (PS)

5. Apreciação e votação do Parecer da [Proposta de Resolução n.º 74/XIII/3.ª](#) Aprova a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho de 13 de julho de 2018 que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho de 20 de setembro de 1976

- Deputado autor do parecer: Carlos Gonçalves (PSD)

6. Análise e aprovação do orçamento da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa

7. Aprovação de Atas:

- Ata n.º 141/XIII, de 18 de setembro (Mesa e Coordenadores)
- Ata n.º 142/XIII, de 18 de setembro
- Ata n.º 143/XIII, de 20 de setembro

8. Outros assuntos

_____ / _____

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, que deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, bem como aos petionários presentes para audição.

No **Ponto 1.** da OD, a Comissão procedeu à audição do cidadão Filipe Ferreira, na qualidade de primeiro subscritor e restante delegação que o acompanhava, a quem foi explicada a metodologia adotada para a audição.

A referida delegação era composta, além do primeiro subscritor, acima mencionado, pela Dr.^a Ilda Figueiredo, e pelo Senhor Gonçalo Costa, todos membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Concedida a palavra à delegação, tomou a palavra a Senhora Dr.^a Ilda Figueiredo que apresentou as motivações e objetivos do Tratado em apreço, tendo feito relevar a importância do mesmo para um mundo livre de armas nucleares. Afirmou a importância de Portugal assinar e ratificar este Tratado, na linha do Apelo de Estocolmo de 1950, num momento de tensão na Península da Coreia. O Tratado de proibição de armas nucleares que agora está em causa, e em cuja elaboração Portugal não participou, foi formalizado em 7 de junho de 2017, unindo vontades de 122 países, tendo adotado como princípios orientadores um desarmamento atómico geral, simultâneo e controlado, que vem ao encontro das condições previstas no artigo 7.º da Constituição da República. Concluiu, referindo que a vigência deste Acordo se afigura hoje indispensável, sendo para tal necessária a adesão de, pelo menos, 50 países.

Seguidamente, intervieram os seguintes **Deputados**:

Lara Martinho (PS) para, na qualidade de Relatora desta Petição, cumprimentar os peticionários e agradecer a exposição inicial. Relembrou que a Comissão havia já solicitado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a posição oficial do Governo português acerca desta questão, a qual não havia sido, ainda, rececionada. No entanto, sublinhou que a Assembleia da República não tem poder de iniciativa no que respeita à política externa, sendo que nesse âmbito compete-lhe a aprovação para ratificação dos tratados internacionais que o Governo lhe submeta. Relembrou que o PCP havia já apresentado um Projeto de Resolução acerca do mesmo tema, tal como relembrou, ainda e no mesmo âmbito, que a Assembleia da República iria receber o *ICAN – International Campaign to Abolish Nuclear Weapons*. Finalmente, colocou duas questões: se conhecia a implementação e eficácia do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, por exemplo, através de outras organizações da sociedade civil; e porque é que consideram que o Tratado de Proibição seria mais eficaz na luta pelo desarmamento do que o Tratado de Não Proliferação, instrumento este que agrega 131 países, estabeleceu uma Agência Internacional, e existe já desde 1968.

José Cesário (PSD), que saudou a delegação e, em particular, a Dr.^a Ilda Figueiredo. Relembrou que no tema a que se refere o Acordo, o poder de iniciativa compete ao Governo. Frisou que o PSD é contrário à proliferação de armas nucleares, mas respeita os acordos internacionais celebrados de que Portugal é aderente, mormente no âmbito da NATO. Perguntou à delegação se haviam mantido contactos com o Governo e, na afirmativa, que impressões puderam colher.

João Oliveira (PCP) que saudou a delegação, bem como o sentido e oportunidade da Petição. Saliu que a posição do PCP coincide em muito com os pressupostos desta Petição, sendo que o presente Acordo constitui um instrumento fundamental para que se possa alcançar o desígnio universal da erradicação de armas atómicas. Mais referiu que, não obstante a iniciativa nesta matéria caber, de facto, ao Governo, tal não invalida a conveniente discussão política do tema em sede parlamentar.

Pedro Filipe Soares (BE), tendo referido que as armas atómicas não são desanuviadoras, mas antes, uma ameaça constante para a paz e Humanidade. Entende que Portugal pode desempenhar um importante papel neste âmbito, tal como tem feito noutros. Ao Parlamento, referiu, cabe discutir a política externa nacional, bem como fiscalizar a atuação

do Governo, motivo pelo qual o BE apresentará um Projeto de Resolução sobre a matéria, concordando com o sentido da Petição.

Interveio de seguida o Senhor Gonçalo Costa, um dos subscritores da Petição e responsável do denominado “Projeto Ruído”, aderente à plataforma cívica que sustenta a presente Petição, através da campanha de dinamização estudantil “Desarma a Bomba”. Referiu que durante esta campanha tomou perfeita consciência de que em matéria como a presente, por mais que possa ser a razão e a adesão, não conseguiria nunca ter força suficiente para atingir o objetivo pretendido, dado o peso das grandes potências mundiais. Tal como percebeu que os jovens possuem perfeita noção da realidade dos factos.

Complementarmente, referiu a Dr.^a Ilda Figueiredo que dos 69 países signatários, cerca de 19 haviam já ratificado o instrumento em causa, o que ilustra alguma evolução no *status* recente. E sublinhou que o Tratado vigente não chega para atingir o objetivos pretendidos, pois apenas impede que a “família nuclear” seja alargada, sem que afaste os países que anteriormente já possuíam capacidade nuclear. Diferentemente, o que se pretende é a pura e simples erradicação, o que só se consegue à escala global, através de um Tratado como o presente. Facto é que, frisou, nenhum país da NATO assinou o Acordo, embora se trate de matéria que colhe a concordância transversal da sociedade portuguesa.

Interveio o Senhor **Presidente da Comissão** para agradecer a presença dos peticionários, tendo a sessão sido interrompida por 10 minutos.

Retomada a sessão, e no **segundo ponto** da OD, o Senhor **Presidente** informou do seguinte:

•Chegou à Comissão a proposta de agendamento de Audições Regimentais para a corrente Sessão Legislativa, com o seguinte teor:

-2018:

1.^a Audição Regimental (OE): 05.Nov.2018 (2.^a feira), 10h;

2019:

-2.^a Audição Regimental: 05.Fev (3.^a feira);

-3.^a Audição Regimental: 07.Mai (3.^a feira);

-4.^a Audição Regimental: 02.Jul (3.^a feira).

Não se tendo registado quaisquer comentários, a Comissão deliberou, por unanimidade, aceitar, na íntegra, a proposta do Governo.

• Baixou à CNECP o Projeto de Resolução n.º 1819/XIII/4 (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a adoção do plano de apoio aos portugueses e lusodescendentes que por força do agravamento das circunstâncias políticas, sociais e económicas na Venezuela regressem ao território nacional.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, uma vez instado, informou pretender fazer a sua apresentação e discussão em Plenário.

• Decorrerá em Bruxelas, no dia 20 de novembro próximo, uma reunião Interparlamentar sob a égide da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Europeu, intitulada “*Human rights and the external actions of the EU and Member States*”. A delegação parlamentar integrará dois Deputados, um da 1.ª (Pedro Bacelar de Vasconcelos) e outro da 2.ª Comissão. Cabendo ao PSD indicar o Deputado participante, foi para tal solicitado pelo respetivo coordenador algum tempo adicional, e que tal informação seria oportunamente prestada aos Serviços, para os fins devidos.

• Na sequência de um procedimento que pessoalmente desenvolveu, podem os senhores Deputados inscrever-se, querendo, em aulas de Francês, Inglês e Alemão, tendo solicitado que as inscrições fossem efetuadas junto dos Serviços. As aulas têm lugar à segunda e terça-feira, entre as 12:45 e as 14:15, no edifício Dom Carlos I.

• Foi dada a conhecer a comunicação escrita endereçada pelo Presidente do *Deutscher Bundestag* ao Senhor Presidente da Assembleia da República, acerca da problemática do Grupo Parlamentar de Amizade bilateral.

• A Câmara de Representantes do Parlamento japonês remeteu à Assembleia da República mensagem de agradecimento pela solidariedade manifestada pelas vítimas das violentas cheias que assolaram a parte ocidental do país, cujo teor foi transmitido à Comissão.

No **Ponto 3.**, foi lido o projeto de Parecer da Comissão relativo à deslocação do Senhor Presidente da República, acima identificada.

Não tendo suscitado quaisquer dúvidas e uma vez submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria da Luz Rosinha (PS)** para apresentação do seu Parecer acerca da Proposta de Resolução n.º: 73/XIII/3.^a, cujo teor se disponibiliza [aqui](#).

Concluiu reunir a presente iniciativa condições para subir a Plenário, pelo que foi a mesma submetida a votação e aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5. da OD**, o Grupo Parlamentar do PSD requereu o adiamento da apresentação do Parecer em apreço, dado que o Senhor Deputado Carlos Gonçalves se encontrar no exterior, em reunião do Conselho da Europa.

No **Ponto 6.**, foi solicitado pelo Senhor Presidente o adiamento da apresentação e discussão do projeto de Orçamento da Comissão, dada a necessidade de nele refletir algumas propostas entretanto apresentadas por diversos Grupos Parlamentares, solicitação à qual unanimemente aquiesceram os Deputados presentes.

No **Ponto 7.**, foram lidas as atas supra identificadas, tendo as mesmas sido votadas em bloco e aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Finalmente, e já no âmbito do **Ponto 8.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que propôs a realização de audições com recurso a telecomunicação, com diversas personalidades da comunidade portuguesa na Venezuela que para o efeito identificou. Todos os Deputados presentes concordaram com as referidas audições, ficando os Serviços incumbidos de estabelecer os indispensáveis contactos tendo em vista a realização das mesmas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas 17 horas e dez minutos, sendo disponibilizado o registo áudio da [audição dos Peticionários](#) e da [restante reunião](#).

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
João Gonçalves Pereira
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Fernando Jesus
Maria da Luz Rosinha
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Nuno Magalhães
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Jámla Madeira
Joana Lima
Maria Manuel Rola
Paulo Pisco
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite

“

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 04 de dezembro de 2018.